**ATA N.º5/2015**
**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE S. JOÃO DA PESQUEIRA, REALIZADA EM 21 DE DEZEMBRO DE 2015**

Aos vinte e um dias do mês de dezembro de dois mil e quinze, pelas catorze horas e trinta minutos, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de São João da Pesqueira, por convocatória do Senhor Presidente, de sete de dezembro do ano corrente, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

**PONTO 1- Apreciação da Atividade Municipal;**
**PONTO 2- Análise, discussão e votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2016;**
**PONTO 3- Análise, discussão e votação da Contração de Empréstimo a Longo Prazo no Montante de até 683.453 euros;**
**PONTO 4- Análise, discussão e votação de Assunção de Compromissos Plurianuais - Dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal;**
**PONTO 5- Análise, discussão e votação do Mapa de Pessoal para o ano de 2016;**
**PONTO 6- Análise, discussão e votação da Proposta de Fixação da Taxa de Derrama, nos termos do disposto no artigo 18.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Lei das Finanças Locais);**
**PONTO 7- Análise, discussão e votação da Proposta de Fixação da Participação Variável no IRS, nos termos do disposto no n.º1 do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Lei das Finanças Locais);**
**PONTO 8- Análise, discussão e votação de Proposta de Desafetação do Domínio Público Municipal;**
**PONTO 9- Análise, discussão e votação de Proposta de Desafetação do Domínio Público Municipal – Retificação da deliberação 148/CM/2015 de 15 de julho;**
**PONTO 10 - Análise, discussão e votação da 2.º Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento do ano de 2015;**
**PONTO 11 - Regularização da Estação de Transferência de Resíduos e Ecoponto – Proposta de Reconhecimento do Interesse Público Municipal – Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro;**
**PONTO 12 - Análise, discussão e votação da Proposta de Alteração do Regulamento do Serviço de Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos do Município de São João da Pesqueira.**

O Senhor Presidente da Assembleia saudando os presentes desejou que os trabalhos decorressem dentro do espírito natalício que se vive, de uma forma saudável, colaborante e solidária. Pediu ao Senhor Paulo Bito a sua disponibilização para completar a Mesa, dado a Senhora primeira secretária ainda não estar presente. Feita a chamada e verificada a existência de quórum, foram assinaladas as ausências justificadas das Senhoras Marcolina Sequeira, Maria Helena e dos Senhores Fernando Pereira e Jorge Andrade. Fez distribuir pelos membros uma declaração de registo de dados administrativos para ser preenchida e entregue, no final da reunião, à funcionária de apoio à Assembleia, ou posteriormente nos serviços administrativos do Município.

Também fez circular uma folha confirmativa dos membros que desejem participar na ceia de natal, a realizar no restaurante Cais da Ferradosa, após o encerramento dos trabalhos da reunião. Seguidamente deu conhecimento da correspondência recebida de maior relevância, destacando uma brochura enviada pela Associação dos Municípios Portugueses sobre a semana europeia. Referiu ainda a realização de um Workshop no nosso concelho sobre o ambiente efetuado pela ClimAdapt, no qual estivera presente, em representação da Assembleia. Acusou a receção de um parecer do conselho nacional da juventude que versa uma proposta de orçamento. Referenciou a sua participação na reunião da CIMDouro realizada na Biblioteca Municipal de S. João da Pesqueira, deixando a sintetização da mesma ao Senhor Silva Fernandes.

**Período de antes da Ordem do Dia**

Iniciou esta fase dos trabalhos propondo um voto de pesar pelo falecimento do Senhor Padre José Gomes que de uma forma devotada dedicou o seu exercício como sacerdote em Ervedosa, e durante quarenta e nove anos em São João da Pesqueira. Colocada a votação foi aprovada por unanimidade. Disse que esta homenagem de pesar será transmitida à família do falecido como prova de reconhecimento desta Assembleia. Passados à discussão da ata da reunião anterior, questionou quem pretendia inscrever-se para possíveis correções.

O Senhor Silva Fernandes pediu para intervir, saudando os presentes e fazendo votos de um Feliz Natal. Referiu que na página 4, quando abordara o tema dos refugiados, o fizera com algum sentido de compreensão para com os mesmos, mas colocando também algumas reservas com as consequências que daí poderiam advir não transparecendo essa postura na ata, bem como a aceitação desse problema pelas paróquias e pela Câmara Municipal. Na página 10, quando se refere que a despesa desceu de 18 para 17 %, as palavras não são suas, mas sim do Auditor. Na página 12, quando o Executivo respondeu uma descida de 18 para 16.5% está errado, pois o auditor refere 17%.

O Senhor Presidente da Câmara referenciou que os gastos com o pessoal têm vindo a baixar de tal forma que no anuário financeiro foram considerados como a terceira melhor Câmara a nível nacional.

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia pôs a ata a votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

A Senhora primeira secretária apresentou-se às 14:45h, tendo tomado o seu lugar na Mesa.

O Senhor Presidente da Assembleia passando à auscultação do trabalho realizado pelos grupos informou que o Senhor Enfermeiro Francisco Simão representante da Assembleia junto do ACES lhe comunicara que devido à revogação da lei, o pagamento da taxa moderadora, independentemente da hora e do dia de atendimento ao utente será de 5€.

Na sequência da audição dos grupos de trabalho, o Senhor Silva Fernandes deu conhecimento da reunião de trabalho da CIMDouro. Disse ter sido uma honra receber a Assembleia da CIM em São João da Pesqueira. Após os cumprimentos de boas vindas do Senhor Presidente da Assembleia Municipal de São João da Pesqueira, passaram ao período de Antes da ordem do dia, no qual foram feitas duas intervenções das quais fez a leitura para informação.

"

Assembleia Intermunicipal da CIMDouro
5ª sessão
Data: 18-12-2015
Local: São João da Pesqueira (Auditório da Biblioteca)
ORDEM DO DIA
01 – Aprovação das atas das sessões anteriores
02 – Deliberar sobre a Proposta de alteração dos Estatutos da CIMDouro
03 – Deliberar sobre o Mapa de Pessoal para 2016, as opções do Plano para 2016-2019 e sobre o Orçamento para 2016
04 – Deliberar sobre a proposta de autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Intermunicipal
05 – Alteração ao regimento da Assembleia – Nomeação de Comissão
A sessão teve início às 10:30 horas, após os cumprimentos de Boas Vindas, do Dr. Eduardo Rocha, Presidente da Assembleia Municipal de São João da Pesqueira
No período de Antes da Ordem do Dia, foram feitas duas intervenções:
A primeira do colega José Carrapatoso (Lamego), que apresentou uma proposta ao Conselho Intermunicipal, suportada num estudo efetuado pela Comissão Municipal de Saúde, emanada da Assembleia Municipal de Lamego, (que se anexa a esta informação), sobre a necessidade de aquisição de um aparelho de TAC, para a Unidade Hospitalar de Lamego.
Este assunto arrastou-se numa discussão a que faltou realismo pela necessidade e interesse generalizado das populações, com sobreposição de interesses corporativos e geográficos.
O custo do aparelho é de 120.000€, para servir toda a população dos concelhos do Douro Sul, evitando deslocações dos doentes, alguns em estado critico, a Vila Real.
"No ano de 2013 foram realizados, a utentes do Douro sul, 3137 TAC, cujo montante pago ao setor convencionado foi de 184754,76€".
O transporte de doentes, com despesa superior ao custo do aparelho, não contando o risco do tempo de deslocação, nem sempre nas melhores condições, não justificará a atua situação.
Uma discussão destas, não faz sentido numa Assembleia Intermunicipal, o que me levou a colocar a seguinte hipótese:
Se cada uma das Câmaras do Douro Sul suportasse uma parte do custo do aparelho que resultaria num encargo inferior a 20.000€, constituiria um valor pouco significativo, quando comparado com o que é gasto nas festas e festinhas que todos fazem.
Depois do Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal ter assumido que essa questão seria colocada por ele próprio, como condição para aprovar o mapeamento dos investimentos em saúde, foi votada a proposta apresentada."

"

A segunda intervenção de Alberto da Silva Fernandes (S. João da Pesqueira), destacamos:
A existência de um novo governo, que tal como todos os anteriores inscreveu no seu Programa, como grande prioridade, o desenvolvimento do interior do País.

Referi, de seguida o particular momento que se vive na Europa e com um olhar mais atento para a Economia Social, nomeadamente as Cooperativas.
Salientou a importância das CIM'S, que tendo aprovadas as EIDT – Estratégias Integradas de Desenvolvimento Territorial, dispõem de uma oportunidade única para rever os pressupostos do desenvolvimento do interior e fazer evoluir o sistema Autárquico.
No caso da região Douro, constituem pilares e alavancas dessa estratégia a CIMDOURO a UTAD, as Associações empresariais e as Cooperativas.
São estas as entidades que devem estar na base de um desenvolvimento sustentável para o território (regional), para o período 2015-2020.
O aproveitamento de:
PAR – Programas Ação Regional – CCDRN
EIDT – Estratégias Integradas de Desenvolvimento Territorial – CIMDOURO
DLBC – Programas de Desenvolvimento Local de Base Integrada Comunitária
Gal – Grupos de Ação Local
São a base para a criação de uma "Carta de Desenvolvimento" que deverá constituir o suporte de um Protocolo com a Administração Central, para encontrar uma entidade com competências executivas no terreno.
Para atingir esse objetivo e face à realidade empresarial e cooperativa o Governo deveria criar:
- Estímulos à reorganização e investimento das empresas e cooperativas
- Estímulos de ordem fiscal.
Finalmente o Governo deveria:
- Criar uma Lei-quadro da descentralização político-administrativa
- Retomar a Reforma Administrativa, que ficou reduzida às freguesias e mesmo aí com expressão reduzida, e avançar com a reorganização dos Municípios.
Haja vontade política e consciência do verdadeiro interesse nacional.
Quanto à Ordem do Dia:
Ponto 01 – Foi suprimido por falta de atas
Ponto 02 – Tratando-se de alterações decorrentes da própria Lei, foram as mesmas aprovadas.
Ponto 03 – Surgiram algumas críticas sobre a simplificação e alguma ligeireza na apresentação documental. Que entretanto foi suprida pela circunstanciada explicação que o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal transmitiu à Assembleia.
Resumidamente:
Ação do Conselho Intermunicipal
1.º patamar de atuação
- Candidaturas ao nível do Empreendedorismo e Educação
- Mobilidade. Este assunto não passa pelos Fundos Comunitários, não estando previstas as rodovias
- Águas, saneamento e resíduos. Torna-se necessário proceder ao levantamento e cadastro das redes existentes, verificar o estado dos materiais, quento valem.
Alguns municípios não fazem a mínima ideia da atual situação
2.º patamar de atuação
- problema das águas que são compradas, mas cujo transporte e distribuição aos munícipes é da responsabilidade das Câmaras, havendo naturalmente vantagens se for feito pela CIMDOURO ou por acordo entre alguns municípios.
3.º patamar de atuação
- Acompanhamento político do problema da fusão dos sistemas de Águas.

Haverá reversão da fusão. Está marcada uma reunião para 12 de janeiro, sendo certo que se prevê que a questão esteja clarificada em fevereiro.
Referiu, ainda o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, os seguintes pontos da maior relevância:
- Promoção da eficiência energética, essencialmente com a substituição das luminárias normais por lâmpadas led´s
- Modernização Administrativa ao nível de
  - Serviços partilhados entre alguns Municípios
    - Contabilidade
    - Processamento de salários
    - Outros
  - Descentralização de alguns serviços
  - Partilha de estruturas
    - Central de compras

Concluiu que "os Municípios estão de baixo de olho".
Ponto 04- Sobre a proposta de autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Intermunicipal, foi a mesma aprovada.
Ponto 05 – Foi criada uma Comissão, constituída pelos membros da Assembleia: Dr. Eduardo Rocha,... A Comissão será presidida pelo Dr. Artur José Montenegro Soveral Freire de Andrade. "
Continuou a sua intervenção chamando a atenção para a descida de acesso ao auditório, por não oferecer segurança.
O Senhor Presidente da Assembleia completou a intervenção do Senhor Silva Fernandes dizendo que a Comissão seria composta pelos membros: Dr. Nuno Rodrigues Saldanha, Dr. Carlos Manuel Silva e presidida pelo Dr. Eduardo Jorge Rocha. Acrescentou que o Senhor Presidente do Executivo da CIM apresentara razões da ausência do Senhor Presidente da Câmara, por ter conhecimento que estava presente numa reunião de interesse para o Município. Relevante, fora a constatação de que São João da Pesqueira os acarinhou, a oportunidade de conhecerem o Museu do Vinho e perceberem, por desconhecerem, como fazer aprovações em minuta, dado não fazerem aprovações de síntese de ata, mas aprovações em minuta de novos textos produzidos como síntese dos respetivos assuntos tratados de acordo com a ordem de trabalhos.
O Senhor Manuel Martins apresentou e fez distribuir um gráfico sobre o trabalho desenvolvido pelo Núcleo Local de Inserção, no qual destacam o número de famílias acompanhadas no âmbito do Rendimento Social de Inserção. Reconheceu terem melhorado os resultados devido às restrições a que foram sujeitas as avaliações.
O Senhor Presidente da Câmara questionado pelo Senhor Silva Fernandes esclareceu o fato de não ter estado presente nessa reunião, mas que tivera a preocupação de se manter em contato com o Presidente da Assembleia para se informar se os trabalhos estavam a decorrer conforme o delineado para esta visita de trabalho da CIMDouro.
Terminada a audição das atividades de grupo seguiram-se intervenções dos inscritos tendo o Senhor Presidente da Assembleia passado a palavra ao Senhor Vítor Tomé que cumprimentou os elementos da Mesa, do Executivo e colegas da Assembleia. Lamentou o fato de a Câmara não ter disponibilizado transporte para as pessoas que não tendo carro, pretendiam estar presentes nas exéquias fúnebres do Senhor Padre José Gomes, em Penela da Beira. Como ser humano vira com desagrado a falta de reconhecimento para com

uma pessoa que dera 49 anos da sua vida à nossa terra. Referiu-se a uma entrevista dada ao Jornal do Centro pelo Senhor Presidente da Câmara, na qual destaca meio milhão de euros para a construção do heliporto. Disse ter citado como prioridades deste orçamento a segurança, a educação e a saúde, não sabendo se nessa segurança estará incluída a marcação das nossas estradas. O Município adquirira uma máquina para esse efeito, desconhecendo o seu paradeiro. Sobre a saúde, perguntou se o Senhor Presidente estaria a referir-se àqueles utentes que às cinco da manhã, se encontram à porta do Centro de Saúde, debaixo de chuva e de vento, para conseguirem consulta. Pediu para verificarem a falta de iluminação por não funcionar e a possibilidade de, pelo menos, poderem esperar na antecâmara do Centro, estando abrigadas das intempéries. Disse falar também nessa entrevista da construção de um novo armazém municipal, reconhecendo nem tudo ser mau. Alertou para a venda de lotes na Zona Industrial, sendo de opinião deverem fazê-lo, pensando se não irão necessitar deles, tendo mais tarde de os comprar pelo dobro, ou triplo do preço.
O Senhor Silva Fernandes iniciou a sua intervenção referindo que para si, os Governos são todos bons desde que devidamente constituídos, sirvam o País e os seus interesses. Não deixou porém de referir que "o chocou profundamente ver que este Governo cometeu erros que dizíamos acontecer só nas autarquias. Meter os amigos, a família, fazer favores é marido e mulher que são ministros, pai ministro e filha secretária de estado, amigos, clientes, não fica bem eticamente." Não contesta o governo, nem a sua legitimidade, mas não gostando de ver estas situações nas Câmaras, menos gosta de as ver a nível governamental. Continuando a sua intervenção disse ter elaborado duas propostas, passando à apresentação da primeira.

**1.º Proposta**

"

Considerando que esta, é a primeira sessão da Assembleia Municipal, após a instalação da nova Assembleia da República, resultante das eleições legislativas de setembro de 2015.
Considerando que o Senhor Eng. António José Lima Costa, anterior Presidente de Câmara de São João da Pesqueira, é hoje membro da Assembleia da República, eleito pelo distrito de Viseu.
Considerando que, estamos certos e seguros, que o Eng. António José Lima Costa, manterá no desempenho das atuais funções as qualidades que todos lhe reconhecem de inteligência e empenhamento na defesa das suas convicções.
Propomos que esta Assembleia:
Expresse ao Eng. António José Lima Costa a maior satisfação pela sua eleição e investidura nas funções de deputado da Assembleia da República.
Manifeste ao Eng. António José Lima Costa pelo trabalho desenvolvido, como Presidente da Câmara deste Município, o sentimento de gratidão dos munícipes, do concelho de São João da Pesqueira.
Formule os melhores votos de prosperidade pessoal e ação politica, ao serviço do Douro e do país,

São João da Pesqueira, 21 de dezembro de 2015
Alberto Júlio da Silva Fernandes
Paulo Alexandre Ribeiro Bito
Membros Eleitos da Assembleia Municipal

São João da Pesqueira

"

Seguidamente passou à apresentação da segunda.

**2.ª Proposta**

"

Considerando que, de acordo com o resultado das eleições legislativas de setembro deste ano, foi constituída a Assembleia da República, com uma composição substancialmente diferente.
Considerando que é cada vez maior o afastamento entre os cidadãos e os seus representantes, mesmo dos círculos pelos quais são eleitos.
Considerando que alguns dos eleitos, são ilustres desconhecidos na região pela qual são eleitos e eles próprios desconhecem a realidade dessa região e os problemas que enfrenta.
Considerando que a região do Douro, que abrange território de quatro distritos (Bragança, Guarda, Vila Real e Viseu) é representada na Assembleia da República por vinte e um deputados, nove dos quais eleitos pelo círculo de Viseu, a que pertence o Município de São João da Pesqueira.
Considerando que os vinte e um deputados, já referidos, foram eleitos nas listas do PSD, PS e CDS-PP, não havendo deputados eleitos nestes distritos das restantes forças partidárias com assento parlamentar.
Propomos:
Que esta Assembleia formule um convite aos vinte e um deputados, eleitos pelos distritos, que têm território na área da região do Douro, bem como ao líder parlamentar dos restantes partidos e ainda aos que não constituindo grupo parlamentar, têm igualmente assento na Assembleia da República, para se deslocarem a São João da Pesqueira, para uma sessão pública de análise, discussão e assunção de compromissos quanto aos problemas que afetam a região e a estratégia para o seu desenvolvimento sustentável.
Que esta iniciativa seja liderada pelo Presidente desta Assembleia, em articulação com o Executivo e eventualmente com a Assembleia Intermunicipal da CIMDouro.
Que seja delegada competência ao Presidente da Assembleia Municipal de São João da Pesqueira para, se assim o entender, articular esta iniciativa com os Presidentes das Assembleias Municipais que integram a região do Douro.
Que seja criado um grupo de trabalho para preparação dessa reunião e respetiva calendarização, que deverá ocorrer no segundo semestre de 2015, preferencialmente após efetivação das Assembleias Municipais de junho e da próxima sessão da Assembleia Intermunicipal da CIMDouro.
Que os custos inerentes a esta realização sejam objeto de um rigoroso orçamento para ser presente ao Executivo, para que avalie da sua possível concretização

Alberto Júlio da Silva Fernandes
21-12-2015

"

Disse ainda terem sido atribuídos seiscentos mil euros, para melhoramentos em Cais do rio Douro, perguntando se o Cais da Valeira fora contemplado. Acrescentou que a organização já agradecera ao Senhor Presidente da Assembleia, ao Presidente do Executivo, todo o apoio prestado na realização

das Jornadas Cooperativas. "De ano para ano têm melhorado, tiveram o sucesso e o impacto que já vinham tendo, mas este ano superou." Fora-lhe solicitada uma reunião em Lisboa, para abordagem do sucesso destas dez Jornadas Cooperativas, com a disponibilidade de integração de outras entidades. Não abdicarão a saída de São João da Pesqueira e aceite esta condição, estão a delinear iniciativas, entre si, a publicação de um livro sobre as dez jornadas efetuadas, a participação sobre cooperativismo em dois jornais, um mensal outro semanal, uma ligação com a UTAD, o Instituto Politécnico de Bragança e Instituto Politécnico do Porto para abordagens ao cooperativismo. Informou, para complementar a sua intervenção, do desafio lançado à organização para a elaboração de propostas legislativas que venham beneficiar e envolver o cooperativismo em Portugal.
Finalizada a intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia disse que face à dimensão das propostas iria mandar distribuir o texto das mesmas para que tenham oportunidade de as analisar convenientemente e serem discutidas e votadas no final do período de antes da ordem do dia. Prosseguindo pediu ao Senhor Paulo Bito para substituir, na Mesa, a Senhora segunda secretária a fim de que possa intervir conforme solicitara.
A Senhora Lourdes Marinho cumprimentou os presentes, passando de seguida à leitura da sua mensagem que se reproduz.

"

Não sou por militâncias políticas, nem reverências partidárias, mas não podia deixar de felicitar os membros eleitos pelo Partido Socialista com assento nesta Assembleia, pela vitória do Dr. António Costa.
Estamos a assistir a um novo paradigma politico que, espero nos conduza a uma nova alternativa e não a uma via única.
O 25 de abril foi feito para isso mesmo.
Cada um de nós vota, para escolher uma determinada configuração da Assembleia da República, mesmo sabendo que um deputado vale aquilo que o respetivo partido quiser, apesar de isso em nada vá dignificar o trabalho parlamentar.
Votámos para a escolha de uma Assembleia e não para a escolha do Primeiro Ministro.
A Constituição confere poderes, à Assembleia da República, por isso não me espantou que a Esquerda se reconciliasse, em volta de um projeto de governo, com coragem e determinação capaz de poder responder às aspirações daqueles que se resignaram com as duríssimas medidas de austeridade a que nos submeteram.
Este Governo é o princípio de um novo futuro para os portugueses, mas a esperança não resolve os problemas. A realidade ainda é a mesma e o novo Executivo tem uma dura herança.
Não vamos arvorar em arco, mas também não podemos ser os Velhos do Restelo.
Todos testemunhámos e nos insurgimos com o fecho do nosso Tribunal, do encerramento do Serviço de Urgências no Centro de Saúde, da privatização atabalhoada da Casa do Douro, o modo como o ex-governo tratou os municípios com a fusão das Águas do Douro, a elevada carga de impostos, o incentivo à emigração qualificada, à falta de apoio e de luta dos deputados eleitos pelo círculo de Viseu que nos representavam na Assembleia da República e que não defenderam os nossos interesses.

A alternância democrática tem a virtualidade de ir mudando gente e politicas. Faço votos para que o ciclo aberto seja o da consolidação, do crescimento e um combate às desigualdades sociais do País.

"

Continuou a sua intervenção lembrando um outro assunto preocupante da atualidade. Disse que "os ataques em Paris representam um ataque brutal aos valores que partilhamos. O problema é que se trata de uma guerra diferente. O inimigo pode ser nosso vizinho e estar disposto a explodir-se à nossa porta. Além dos mortos, a primeira grande vítima da guerra é a nossa liberdade. Os refugiados continuam a aparecer e o problema já não é como ajudá-los, mas sim como evitá-los. O terrorismo não é de países isolados, mas de todos. A Europa tem de agir e não só reagir quando a tragédia lhes bate à porta. Grande parte dos autores destes atentados são filhos e foram criados nos países que atacam. Foi sempre o mundo ocidental que lhes comprou e compra o petróleo que lhes vendeu e vende armas. As empresas desse mesmo mundo deram e continuam a dar-lhes apoios económicos e financeiros.
Portugal já recebeu e vai ainda acolher estes migrantes, a isso somos obrigados. Pratico e defendo a solidariedade quando posso, mas sei fazer comparações. Estamos a assumir obrigações que cabem aos países provocadores deste desaire. Questiono-me que é que o nosso País já fez para instalar as centenas dos sem-abrigo, ou famílias na miséria existentes por cá. Será que só no Natal, com pequenas esmolas se lembram deles?

"

Passando a outro assunto, referiu ter lido na comunicação social que se prevê a possibilidade de realização de julgamentos nas sedes do concelho, com o objetivo da reaproximação dos cidadãos à justiça. Lembrou que talvez ser uma boa altura para se tentar a reabertura do Tribunal. Também adiantou ter conhecimento que a Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo - entidade gestora do rio Douro declarara na imprensa, passando a citar "que a via navegável do Douro foi alvo de investimento de 600 mil euros este ano, para pequenas intervenções em 17 infraestruturas fluviais", aparecendo, no decorrer da notícia, a Ferradosa como zona a intervencionar. Achando o valor pequeno para 17 locais a beneficiar, perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se tem conhecimento de que obras vão ser feitas na Ferradosa. Sobre o CLDS, na última reunião de Assembleia este tema fora questionado, mas a resposta não fora muito convincente. Perguntou se foi verdade ter sido assinado o protocolo de compromisso dia 14 do mês corrente. A seguir terá de ser elaborado e apresentado, em sede da reunião do CLAS, o plano de ação. Entende que por ser um Programa Social, com o objetivo do combate à pobreza e exclusão social, a Assembleia deveria ter conhecimento desse plano de ação.
Finda a intervenção o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra o Senhor Paulo Bito.
O Senhor Paulo Bito desejou um Bom Natal com votos de que esta quadra sirva para retemperação de forças para enfrentarmos o próximo ano. Era sua intenção apresentar uma proposta de felicitação ao Engenheiro Lima Costa pela sua eleição como deputado na Assembleia da República, bem como um louvor pela história que tem no concelho, o qual enriqueceu e enriquecerá através do seu dinamismo e atividade desenvolvida. Corroborou as palavras

dirigidas pelo Senhor Silva Fernandes e subscreveu a sua proposta. Relativamente às eleições do dia 4 de outubro, das quais resultou a tomada de posse de um governo constituído pelo PS, com o apoio parlamentar da esquerda, concordou com o que foi dito. A legitimidade democrática advém da Constituição da República Portuguesa, sendo um Governo legítimo. No entanto, chamou a atenção para a falta de informação dos cidadãos, interrogando se, no ato eleitoral, terão conhecimento de que estão a votar para a escolha dos deputados que constituirão a Assembleia da República. Se este sistema é para se manter, considerou ter de haver um trabalho de esclarecimento através das escolas, da Assembleia Municipal, das freguesias, para que junto dos cidadãos se diluam as dúvidas levantadas neste ato eleitoral. Congratulou-se com os resultados conseguidos pelos eleitos do PSD do nosso distrito, pois tinham o ónus de propor e pressionar a revogação da taxa moderadora aplicada aos utentes da Unidade de Saúde a partir das 20:00 horas, sendo uma injustiça que estava instituída e que fora já ultrapassada.

O Senhor Joaquim Monteiro, depois de cumprimentar os presentes reconheceu sermos uma Assembleia na qual deveríamos ser "mais terra a terra, falar mais dos problemas do concelho". Aceita que o Senhor Silva Fernandes tenha tempo para discursos, por passar pouco tempo cá, não sendo "nada de novo haver deputados que ficam caros ao Município, havendo azedumes que devem passar". Disse discordar das ideias do Senhor Silva Fernandes, sabendo que se situa nas posições da extrema, ou centro de direita, mas considera não poder fazer juízos de valor sobre a qualidade, ou os conhecimentos dos indigitados ministros, deste ou de outros governos. "Se verificar na Pesqueira são filhos ou primos deste ou daquele empregado" não sendo dessa forma que se avalia a qualidade das pessoas. Relativamente às propostas apresentadas, discorda totalmente, pois ainda mal o Parlamento iniciou funções e já se quer brindar um deputado que poderá nem chegar ao fim da legislatura, só porque convém elogiar. Disse "gostar de homenagear quem mostra trabalho e não os que fazem coisinhas para dar nas vistas. Isso tem sido feito e a Câmara tem pago muita coisa que não devia." Chamou a atenção para as áreas da Saúde e da Justiça, dizendo ser do conhecimento público que este Governo tem intenção de repor alguns serviços desses Ministérios. Apelou ao Executivo, já que têm dossiers elaborados, ser a altura de os enviar a quem de direito, justificando a real necessidade da sua reabertura, acreditando que dado o nosso isolamento e a falta de transportes consigam a sua recuperação. Referiu ainda o aspeto bastante degradado do carro que a Câmara, há vinte e tal anos, ofertara ao Centro de Saúde. Entende ser a altura de gastar alguns euros para a substituição dessa viatura. Pediu ainda a intervenção da Câmara para a pintura orientadora do trânsito das estradas municipais, em especial no percurso Paredes-Riodades, até ao concelho. Disse tratar-se de uma estrada bastante sinuosa e dado o seu estado, constituir um perigo. Acrescentou prezar muito os deputados, que mesmo não falando, defendem as suas terras, trabalham nas suas aldeiazinhas sem andarem nos jornais, nem a tirar fotografias.

O Senhor José Manuel usou da palavra saudando a Mesa, o Executivo e colegas de Assembleia, chamando também a atenção para a marcação das estradas não só a de Paredes para Riodades, mas também a do Castanheiro, informando não se distinguir a divisão da faixa central, atendendo às condições climatéricas da época, constituindo numa grande dificuldade para

os condutores. Solicitou a ajuda da Câmara para a resolução de uma situação de degradação de imóveis, casas devolutas no Castanheiro, nas ruas do Rossio e do Forno, nos Largos da Lameira e do Cruzeiro e na Travessa de Belém, colocando em causa a segurança de pessoas e bens, tendo já originado reclamações nos serviços da Junta de Freguesia. Abordou também o tema de iluminação pública afirmando que tem a aldeia às escuras, tendo verificado que na aldeia vizinha já têm led's, incluindo postes com dois candeeiros, um virado para a estrada e outro para uma casa. Tem ruelas estreitas apenas com uma luminária que dá luz para um lado, estando o outro completamente às escuras. "Estarem lá aquelas lâmpadas ou não estarem é igual." Felicitou os deputados do PS "que estando em minoria na nossa Assembleia estão em maioria na Assembleia da República". Terminando, disse não poder deixar de se congratular com a eleição do deputado Engenheiro Lima Costa, por ser natural do nosso concelho, discordando da posição do Senhor Joaquim Monteiro.
O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Sebastião Mesquita que começou por saudar os presentes e desculpar-se pelo atraso com que chegara à reunião. Disse que desde que chegara, ainda não ouvira assuntos relacionados com o Município, mas sim da política nacional. Assim sendo, aproveitou para contrapor algumas posições. Relativamente à intervenção da Senhora Maria de Lourdes, disse não saber o que são democracias impostas. "O deputado vale aquilo que o partido manda..." – citando que "na sua opinião se o fazem é porque são uns bananas. "Não tem nada contra o PS estar no governo, tem a legitimidade que tem" entende que a Senhora defendeu de uma forma que mais parece uma deputada do PS, mais valendo juntar-se ao núcleo". Disse não ter partido, estando com o lema da defesa do concelho e do seu desenvolvimento. Em relação ao deputado eleito do concelho disse "que trabalhe, pois uma das promessas que ele fizera foi pertencer à Comissão de Agricultura. Dar-lhe-á todas as informações e ajudas que precisar, esperando que trabalhe e louvá-lo no final do mandato". Concordou com a proposta apresentada pelo Senhor Silva Fernandes, no convite aos deputados eleitos pela distrital de Viseu. Entende que se gastamos com eles, teremos de os comprometer, mostrando-lhes a realidade do nosso concelho. Sobre o processo da Casa do Douro, informou não discutir a forma como o concurso público fora feito. O Estado entregara o edifício e o nome à nova Federação. "O processo vinhos é à parte e a dívida está nas mãos do Estado, que se desenrasque, neste momento é o que se está a desenvolver". Pediu ao Senhor Presidente da Mesa para permitir a distribuição de dois documentos, essencialmente aos Senhores Presidentes de Junta. Explicou que os viticultores pagam uma taxa ao fazer o manifesto que vai para o IVDP e daí para o Orçamento de Estado. A legislação diz que 50% desse valor pode ser revertido para a Associação que represente o Douro. A Federação não tem dinheiro e assumiu a Casa do Douro. Para que o valor pago não recolha ao Orçamento de Estado, terão de enviar até à próxima segunda-feira, a concordância de todos os viticultores. Para tal, basta assinar, juntar uma cópia do bilhete de identidade e dessa forma a verba ficará na nossa região. Pediu para ser corrigida a sinalização horizontal na estrada de acesso à Zona Industrial, direção Espinho-Ervedosa, junto à oficina do Senhor Amândio Salta. Essa rua tinha sentido único, atualmente com a sinalização existente não se pode seguir em frente, tendo de se voltar à Pesqueira se não se quiser prevaricar, pisando o traço continuo. A GNR já começara a implicar e os

técnicos da Câmara poderão verificar e resolver essa situação. Disse ainda concordar com a venda dos lotes na Zona Industrial para captação de empresários e criação de postos de trabalho, no entanto, chegara-lhe ao conhecimento que o lote onde está a ser construído o Centro de Inspeções, fora vendido, recomprado pela Câmara e vendido novamente, querendo uma cópia desse processo. Terminou afirmando como empresário, que é há 21 anos, ter visto muito dinheiro mal gasto. Tem vindo a referir-se a uma estrada de acesso ao seu investimento, onde transitam três mil toneladas de matéria-prima, que se encontra em terra batida e assim continuando.
O Senhor Norberto Vieira cumprimentou os presentes e constatou que aos 71 anos, dos quais 40 na defesa de uma causa, ser com muita estranheza ver certas posições. Para ser rápido e falando da situação política do momento, disse estarmos a ser governados com apoio num "acordo de crianças. Dá-me isto que eu dou-te aquilo e não há mais nada". Quanto às propostas do Senhor Silva Fernandes concorda em parte. Agora "não estamos inseridos para pedir, porque não fazemos parte das crianças e então vamos pedir a quem?" Entende que se tivéssemos um grupo do PC, ou do Bloco de Esquerda, poderíamos negociar, não tendo, não haverá retorno. Quanto à proposta sobre os deputados não concorda. Na campanha eleitoral "não tiveram a amabilidade de nos visitar para cativar o voto. Falou com meia dúzia de pessoas, pensou, eu estou cá, cativai por mim e depois cá vos defendo." Não entrando em pormenores, ficara completamente desiludido na primeira votação na Assembleia da República, com a posição do deputado Engenheiro Lima Costa. Reconheceu que já fizera uma intervenção não estando só para dizer "amém". Relativamente à outra proposta referiu ter trabalhado muitos anos com o Engenheiro Lima Costa, achando extemporâneo, ao fim de seis anos só agora estarmos a dar-lhe um louvor, questionando se só hoje reconhecemos o que fizera na Câmara.
O Senhor Silva Fernandes pediu a palavra para explicitar que "a proposta fora interpretada como um louvor ao Engenheiro Lima Costa, mas ao elaborar-se uma proposta, fazem-se considerandos, devendo ser lida como tal. Não retira nada do apresentado, se pretenderem alterá-la, ponham-na a discussão e votação".
O Senhor Joaquim Monteiro disse que concordava com a proposta do convite à deslocação dos deputados eleitos para que se comprometam diante de todos, responsabilizando-os. A missão que os eleitores lhes confiaram fora a de defesa dos interesses e não, o acomodarem-se batendo palmas, levantando-se e fazendo uma ou outra intervenção. Sobre a primeira proposta irá votar contra, entendendo nem dever ir a votação, partindo do princípio de que só se devem elogiar as pessoas, depois de reconhecido o seu trabalho.
O Senhor Presidente da Assembleia encerrou este debate, lembrando que a primeira proposta fora apresentada pelo Senhor Silva Fernandes, corroborada pelo Senhor Paulo Bito, notando-se uma conjugação de interesses.
Concedeu um intervalo de 5 minutos para poderem ler e refletir nas propostas apresentadas e proceder-se à votação das mesmas.
Recomeçados os trabalhos, foi colocada à votação a primeira proposta, sendo aprovada por maioria, com o voto contra do Senhor Joaquim Monteiro e as abstenções dos Senhores Vítor Monteiro, Manuel Martins e Anabela Lopes.
O Senhor Vitor Monteiro fez declaração de voto, justificando que a motivação dos deputados do PS nesta Assembleia tem sido a defesa da terra e o bem-estar das suas gentes. Não lhes parece que o Engenheiro Lima Costa,

enquanto deputado na Assembleia da República, vá trazer mais-valias, não querendo fazer futurologia mas apoiando-se em acontecimentos recentes. Quando das manifestações de desagrado pelo fecho do Tribunal, não o vira tomar posição que como ex-autarca seria uma referência de peso. Se não o fizera no passado, não o fará no futuro. A abstenção deveu-se ao fato de ser sempre com agrado verem um filho da terra no desempenho de um alto cargo da Nação. O Senhor Joaquim Monteiro justificou o seu voto contra, por considerar absurdo e intemporal a apresentação da proposta. A legislatura há pouco iniciou, não havendo tempo para se elogiar o trabalho executado. Nas manifestações feitas, tanto aqui como em Lisboa nunca o vira na rua, nem dar opiniões. Refugiou-se no silêncio para conseguir o objetivo que pretendia. Ser deputado, à custa do grupo onde bem se movia.
O Senhor Presidente colocou a votação a 2.ª proposta "Convite aos deputados" que foi aprovada por maioria. Votaram contra o Senhor Vitor Monteiro e Anabela Lopes, com declaração justificativa. Entendem não fazer sentido. Atualmente, disseram que o governo é PS com maioria de esquerda. Os deputados foram eleitos, se a região entendia que deveria ter deputados do PC, dos Verdes ou outros, tiveram oportunidade de o fazer aquando do sufrágio. Se não o fizeram na altura é, porque não os querem cá.
O Senhor Presidente da Assembleia disponibilizou-se a tomar as diligências para agilizar o processo referente à segunda proposta, perguntando quem mais se queria associar a ele. O Grupo de trabalho "Convite aos Deputados" ficou constituído pelos Senhores Jorge Rocha, Paulo Bito e Sebastião Mesquita.
O Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra para esclarecimento das dúvidas apresentadas. Respondendo ao Senhor Sebastião Mesquita sobre as informações dadas da Casa do Douro, disse ser bom tentar que alguma parte do pagamento das taxas fiquem na região. Quanto ao problema da sinalização das estradas municipais, tem conhecimento das que referira e de outras. A máquina referenciada tem tido anomalias, tendo vindo desafinada. Encetaram conversações com a empresa fornecedora devido a esse problema e, segundo a informação que tem, a empresa entregará a máquina no início do próximo ano, devidamente reparada, ou uma nova. Para além disso, no contrato da aquisição ficara contemporizada a formação técnica a quem com ela venha a ter que trabalhar. Pedidos de pequenos acertos, ou alterações de sinalização irão ser analisados. Sobre os tão falados lotes, esclareceu que quando o loteamento fora elaborado há anos, não se vislumbrava a construção do Centro de Inspeções. Quando, em 2009, assumiram a Câmara e aproveitando uma candidatura foram efetuados melhores acessos e alargamento da via, advindo daí a necessidade de negociações com os proprietários dos terrenos. A instalação do Centro de Inspeções, mais recentemente, obedecera a regras, entre elas o espaço que deveria ter de área 3.000 m². O lote maior rondava os 1.600, 1.700 m² pelo que quando a Câmara viu a possibilidade de uma valia importante para o concelho, negociara os lotes necessários para o aumento da área imposta. Umas pessoas quiseram dinheiro, outras trocaram por lotes. Diz ser o caso do lote n.º2 pertencente aos transportes Márcia que fizera a permuta por um terreno na variante, tendo a Câmara cedido um lote na Zona Industrial. "Como é do conhecimento geral, o IMT anulou por duas vezes o concurso. Fruto dos esforços feitos o Centro é uma realidade estando para breve a sua abertura." Quanto à estrada para a Quinta das Aranhas, infelizmente reconheceu não ser a única a necessitar de intervenção, estando a ser

requalificados todos os caminhos para melhoria dos acessos, dentro das possibilidades existentes. Ao Senhor José Manuel esclareceu que o processo se iniciará com a participação aos serviços técnicos da Câmara da degradação dessas casas. Feita a fiscalização, será dado o devido seguimento. Ao Senhor Joaquim Monteiro respondeu que a Saúde e a Justiça foram e continuam a ser um grande motivo de preocupação. Estão a fazer os possíveis para recuperar o que nos fora tirado. Como exemplo disse que o Tribunal, legalmente, não está encerrado, mas os juízes não querem deslocar-se cá para fazer os julgamentos. Há cerca de 15 dias, decorrera um julgamento por vontade do juiz em vir realizá-lo, enquanto que noutros locais, não existe mesmo forma de reverter a situação. É mais uma força que nos assiste para tentarmos a sua recuperação, bem como os outros serviços que tínhamos cá a funcionar. Sobre a compra de uma viatura para o serviço de Saúde, já reuniram com o ACES, estando a trabalhar no sentido de podermos ofertar-lhes essa valência tão necessária à ação de prestação de serviço, no exterior. Sobre a espera dos utentes do Centro, às cinco da manhã, não é agradável e irão estudar a possibilidade de alterar essa situação. No entanto, dadas as Juntas de Freguesia poderem fazer a marcação das consultas e havendo uma boa articulação, as pessoas não terão necessidade de vir tão cedo. Respondendo à Senhora Lourdes Marinho sobre o problema das águas, nas reuniões que tem tido, tirando as Águas do Douro e Paiva e as do Litoral, todos estão a favor da unificação. Conforme estavam organizadas, na Pesqueira pagávamos a água a 0,62 cêntimos enquanto que na região Douro – Paiva pagavam a 0,45. Neste momento, os Presidentes de Câmara contrários a esta reorganização são os da zona litoral. Quanto ao CLDS, a entidade reguladora não é a Câmara. Esta nova funcionalidade de PI+PA 3G está a funcionar, desde o dia 14, no entanto a informação não chega sempre a todo o lado. Ao Senhor Silva Fernandes respondeu que, oficialmente, não têm nenhuma informação da verba que referira de 600 mil euros. Concretamente não disseram quais os eixos a contemplar. Sabem que uma das prioridades que está assumida é a eletrificação da CP – Porto e Régua. Falando das Jornadas Cooperativas, uns estão contentes, outros não. Estas 10 jornadas, além de terem trazido visibilidade ao concelho em termos reais e de cooperativismo, interrogou quais foram as mais-valias, visto que todas as cooperativas se queixam. Em resposta ao Senhor Vitor Tomé disse pensar que anda distraído com a compra e venda de lotes. Quanto ao resto disse ter-se limitado a ler um jornal do Centro, verificando que não reparara nas notícias descritas e com interesse.

O Senhor Presidente da Assembleia perguntou se estavam esclarecidas todas as dúvidas, tendo manifestado intenção de ser melhor informados os Senhores Vitor Tomé, Sebastião Mesquita e a Senhora Lourdes Marinho.

O Senhor Vítor Tomé disse não andar distraído, lembrando que existe uma ata de reunião do Executivo, onde falam na compra de um terreno para o Centro de Inspeções, no valor de quarenta e tal mil euros. O Senhor Presidente dissera que fora um acordo, não tendo ficado esclarecido se fora no mesmo valor. "Não anda distraído, pelo contrário, muito atento, pois agora esses lotes estão a ser vendidos a três ou quatro mil euros."

O Senhor Sebastião Mesquita disse que a resposta do Senhor Presidente não chegou. Para ser correta terá de apresentar à Assembleia quantos metros foram ocupados no terreno do Senhor Márcia, pensando terem sido à volta de 640m². Em compensação fora dado um terreno no valor de quarenta e tal mil

euros, gostando de saber por quanto fora vendido à SOINVE. Para captar o investimento a Câmara perdera dinheiro. "Só ficará satisfeito quando apresentar o processo todo à Assembleia para se desfazerem estes mal entendidos."
A Senhora Lourdes Marinho disse em relação à pergunta sobre o CLDS que provavelmente não se fizera entender. Não tem dúvidas sobre quem fez a candidatura e quem é a entidade coordenadora, o que pretendia saber e não tendo obtido resposta é, se o Plano de Ação está feito, quais os objetivos definidos e se já fora aprovado pelo CLAS. "Mediatismo são dispensáveis, mas a ação é necessária."
O Senhor Presidente da Câmara respondeu que a candidatura fora feita pelo Centro Social e Paroquial de Trevões, não tendo a Câmara nada a ver com a mesma. Unicamente são entidade parceira. Respondendo ao Senhor Vítor Tomé disse que o "Senhor Padre José Gomes fora uma pessoa que merecia todo o nosso respeito. Quem quisesse homenageá-lo, deslocar-se-ia no seu próprio transporte se o quisesse fazer, não precisando de transporte da Câmara." Ao Senhor Sebastião Mesquita respondeu que o processo existe. Na próxima reunião de Assembleia irá fazer chegar a informação, quer do acordo inicial com os transportes Márcia, quer do acordo compensatório, não sendo 640 m² como referira o Senhor, mas sim de 2 mil e tal m².
O Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrado o período de antes da Ordem do Dia, passando aos assuntos agendados na Ordem de Trabalhos.

**PONTO 1 - Apreciação da Atividade Municipal.**
O Senhor Presidente da Câmara disponibilizou-se para qualquer esclarecimento sobre este documento.
O Senhor Presidente da Mesa aceitou as inscrições para intervenção do Senhor Vítor Tomé, Senhora Lourdes Marinho, Senhores Silva Fernandes e Sebastião Mesquita.
Passada a palavra ao primeiro inscrito, o Senhor Vítor Tomé falou, não em sentido crítico, mas no da prevenção, das bolsas de mérito e sociais aos estudantes que a elas se candidataram e à análise da sua atribuição. Disse circular que "estão a dar trigo a quem tem pão". Diz saber que o processo não está concluído, reforçando constar, que as bolsas estão a ser atribuídas a jovens sem necessidades de apoio.
A Senhora Lourdes Marinho, que foi substituída na Mesa pelo Senhor Paulo Bito disse que constatara a preocupação e as démarches efetuadas pela Câmara, sobre o problema da flavescência dourada nas nossas vinhas e da vespa do castanheiro, em alguns soutos. Tivera conhecimento de que Ervedosa, Pereiros, Vilarouco, Soutelo e Nagoselo estão incluídas na zona de propagação. Sabe também haver um estudo em parceria com a UTAD, de colocação de drones, para vigilância desta praga que fora já detetada em Vila Real e Santa Marta de Penaguião. Perguntou se têm informação sobre o avanço destas doenças no nosso concelho, por ser um problema que nos afeta. Embora tenhamos menos soutos, temos muita vinha e ambos terão de ser protegidos.
Seguidamente o Senhor Silva Fernandes referiu que a apresentação da Atividade Municipal começara por adotar um novo formato, entendendo que seria uma possibilidade de maior transparência, embora reconheça ser insuficiente, pela constatação de que em 308 municípios a Pesqueira situar-se no lugar 286 do ranking nacional. Nas atividades de cultura e ação social referem que estivera patente na Biblioteca Municipal, desde novembro, a

exposição fotográfica Douro Património da Humanidade. Paralelamente a este evento, no dia 14 deste mês, fora celebrado, em Sabrosa, o dia do Douro Vinhateiro. Não se apercebera, mas se o Senhor Presidente estivera presente gostava que refletisse na nacional 222. Disse ainda ser custoso constatar que ao longo dos anos, a Pesqueira não conseguir sair dos últimos lugares no setor importante da Educação, pensando tratar-se de um problema de vontade. Nas 27 escolas do distrito de Viseu, que já por si, disse ser um dos distritos pior classificados, a escola da Pesqueira situar-se no vigésimo quarto lugar, não será nada digno para todos nós. Na atividade desenvolvida "Receção, acompanhamento e análise de candidaturas no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Cooperativismo", gostava de saber qual o montante utilizado nesse âmbito. Em relação ao simpósio sobre turismo, tivera conhecimento, não pudera estar presente, recebera um convite não da Pesqueira, parecendo-lhe ter sido pouco divulgado. Fora apresentado, entretanto a estratégia de Turismo para o Norte de Portugal e para o Douro, não tendo visto nenhuma representação do nosso Executivo. Quanto à situação financeira, constatou que a dívida a terceiros veio a diminuir em setembro, voltando agora a subir de 889.000€ passou para 1.069.715,02 de euros.

O Senhor Sebastião Mesquita, na sua intervenção, lamentou o fato de não terem aproveitado o verão de São Martinho para fazerem obras na Escola C+S. Com a aproximação da chuva, os alunos vão continuar a molhar-se. Sobre a comemoração do primeiro aniversário da inauguração do Museu do Vinho, essa efeméride deveria ser assinalada com algum convívio da comunidade.

O Senhor Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para esclarecimento das dúvidas apresentadas.

Respondeu ao Senhor Sebastião Mesquita que o aniversário da inauguração do Museu fora divulgado na rádio, através de mensagens e cartazes. Atuara um grupo musical durante o dia, as entradas foram gratuitas e à noite realizaram um programa musical, com a presença de cerca de 60 pessoas, a quem fora servido uma bebida, queijo, presunto e pão pelos alunos da Escola Profissional. Quanto às obras na Escola, umas são só da responsabilidade da Autarquia, outras têm também a comparticipação do Ministério da Educação. Disse ainda não terem ficado contentes com a informação, saída na comunicação social, da classificação obtida pela nossa Escola. Em termos de apoios e logística têm feito todos os esforços, ajudando no máximo que lhes é possível. Não lhe tem sido possível comparecer em todos os fóruns ou eventos, dos que o Senhor Silva Fernandes referenciara não estivera em dois. Embora a sugestão sobre a estrada 222 seja boa, considerou não estarmos no "país das maravilhas" e em face da atual realidade haver outras ações também importantes. Quanto às pragas que afetam a vinha e os castanheiros, têm estado a trabalhar com a Direção Regional de Agricultura, fornecendo a informação que lhes vão solicitando, não tendo confirmação se na realidade se trata de uma praga, ou de situações esporádicas, mas têm aparecido alguns casos. Sobre as bolsas sociais, e antes de se fazerem acusações, deverá aferir-se sobre o que se ouve ser ou não verdade. Todos têm responsabilidades pessoais nas acusações, denunciando as fraudes se existirem, mas com fatos concretos. A atribuição é baseada nos documentos apresentados e exigidos na candidatura. Ao Senhor Silva Fernandes respondeu que o apoio fora atribuído à candidatura feita pela Cooperativa de Trevões, estando a ser

analisado. Cumprindo os parâmetros estipulados pelo Regulamento, irão com certeza apoiar.
O Senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra, sob o direito de complementaridade aos Senhores Silva Fernandes, Sebastião Mesquita, Senhora Lourdes Marinho e Senhor Vítor Tomé.
O Senhor Silva Fernandes reconheceu ser pena estarmos a perder o comboio. Depois de ter apresentado a sua proposta sobre a estrada 222, tivera conhecimento de que outros municípios estão a avançar, estando um deles com a sua estrada considerada como património.
O Senhor Sebastião Mesquita complementou o apelo feito pelo Senhor Presidente, mas entende que para se denunciar teremos de saber quem recebe as bolsas. Considerou gravoso que em Ervedosa estejam 15 famílias a ser acompanhadas no âmbito da medida do RSI. Disse dar trabalho a pessoas que todos os dias se deslocam de Resende, de Cinfães, porque os de Ervedosa não querem trabalhar. Desconhece quem está a ser apoiado, devendo-se divulgar os nomes, porque ele desconta para a Segurança Social todos os dias. "Em Ervedosa há trabalho, façam-nos chegar os nomes, não se incomodando em ser ele, a fazer a denúncia".
A Senhora Lourdes Marinho começou por dizer não ter passado nenhuma procuração a ninguém, para falarem por ela ou colarem-na a fações partidárias. Politicamente nunca se filiara em qualquer partido, manifestando única e simplesmente a sua posição, consoante as circunstâncias. Presentemente, passados 40 anos e com vários governos, têm-se agravado os resultados. Não fizera elogios, mas constatações conhecidas por todos e com a esperança de que possa haver alguma mudança, acreditando unicamente nas suas convicções. Sobre a avaliação das escolas e como professora, entende estes rankings simplesmente de "fantasmas". Se repararem, as escolas privadas estão sempre melhor posicionadas. As escolas públicas, na sua maioria, são aquelas onde estão os meninos de famílias destruturadas, desintegrados, aos quais os pais não prestam atenção tanto na constatação dos seus resultados académicos como nos comportamentais, com dificuldades de aprendizagem, económicas e sociais. Os professores não podem detetar tudo e o mal não estar só nos docentes, mas sim na complexidade do ensino e na reforma educativa que nunca foi feita. O Ministério da Educação lança diretrizes que não têm passado de experiências e burocracias exageradas, não tendo levado a uma boa prestação de resultados. Não estando a puxar a brasa à sua sardinha, o seu vínculo como professora nunca acabará, reconhecendo com mágoa, que o sistema está a cair de podre, os alunos dispersam o seu tempo com internet e telemóveis, pesquisando o que não devem, diferindo-se do estudo. Descontrolados, os professores recebem os meninos sem a escola da família, viciados no que não devem, originando que o ensino esteja cada vez mais adulterado.
O Senhor Vítor Tomé disse ter falado na atribuição das bolsas, antes que o processo de atribuição esteja concluído. Acredita que a Câmara não lucra, ao beneficiar alguém que não precisa. Havendo sinais exteriores de riqueza seriam excluídos e, em caso de dúvida, podem aceder ao processo das Finanças, considerado válido o declarado.
O Senhor Presidente da Câmara, tal como já referira, disse estarem em fase de análise dos documentos, sendo um deles a apresentação da declaração do IRS, o que lá constar é claro. Não têm a chave de ninguém para acederem às Finanças, sendo um assunto sigiloso. Não tiram aos pobres para dar aos ricos,

nem vice-versa. As bolsas atribuídas serão tornadas públicas, havendo denúncias fundamentadas, os candidatos, às mesmas, serão excluídos.
Terminadas as intervenções o Senhor Presidente da Assembleia passou ao ponto seguinte.

**PONTO 2- Análise, discussão e votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2016.**
O Senhor Presidente da Câmara esclareceu, que dado estarmos perante um documento técnico, havendo dúvidas que possa esclarecer, fá-lo-á.
O Senhor Presidente da Assembleia recebeu inscrições do Senhor Joaquim Monteiro, Senhora Lourdes Marinho, Senhor Vítor Monteiro, Senhora Anabela Lopes e Senhor Paulo Bito.
O Senhor Joaquim Monteiro começou por dar os parabéns ao técnico que elaborou o documento estando, no seu entender, ao nível dos melhores que já vira de alguns Municípios. Ao frisar o ponto 3.3 da página 26 realçou a necessidade de resolução do problema de saúde pública das fossas dos Casais, Sarzedinho e Ervedosa. Disse andar há seis anos, a chamar a atenção para este problema ambiental. Na página 27, nos objetivos estratégicos ou estruturais, nota estar tudo correto teoricamente, na prática, a sua freguesia, pertencendo à parte mais importante do Douro, não achou estar nesta via de desenvolvimento turístico. O rio e a vinha não estão a contribuir para a coesão social e económica. Estas falhas que tem vindo sempre a frisar não têm sido colmatadas pela ação da Câmara, pensando até que não devem pertencer à mesma região. O Plano está bem feito, bem articulado tendo de ser levado à prática. Disse ainda que é dos que pensa que a equipa tinha obrigação de fazer mais e melhor. Notou haver a preocupação de uma estratégia, mas no final é um somar de números, sendo tudo "mais do mesmo". Sempre votou favoravelmente este documento, este ano não fugirá à regra, indo começar a ser solidário com os seus colegas de Junta e remeter-se ao silêncio.
O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à Senhora Lourdes Marinho que começou por reconhecer estar hoje a ser interpretada como mazinha, pretendendo não ser mal interpretada. Reconheceu ser muito Senhora das suas posições, muito neutra e para ser mais sintética, passou a ler o seu estudo sobre as G.O.P.

Considerações Gerais

"

A elaboração do Orçamento e das Grandes Opções do Plano foi condicionada com as restrições financeiras e legais, em função da conjuntura económica do País, à obrigatoriedade do cumprimento da legislação, ao condicionamento da lei dos compromissos, às regras orçamentais sempre a serem alteradas pelos Orçamentos do Estado.
Sobrepõe-se ainda o desconhecimento do relatório do Orçamento de Estado para 2016 e a sua dependência à aprovação de Fundos Comunitários.
Com todos estes contratempos a Câmara apresenta, como é seu dever, um Orçamento e um PPI para, na legalidade, ter um documento de base, imprescindível a uma boa organização governativa da Autarquia, embora apareçam os contratempos.

1. A Administração Central transfere, cada vez mais, competências e atribuições para Municípios (Reforma da Administração Local em 2012);
2. Advém daí a criação do Programa de Assistência Económica e Financeira a Portugal. Logo de seguida, o próprio PAEF impõe reduções

para as Administrações Local e Regional, como contributo para a consolidação orçamental;

3. O documento da Direção Geral do Orçamento do Ministério das Finanças só reflete, algum efeito positivo, no relacionado com o aumento dos impostos aos contribuintes e à poupança obrigada pelo PAEF, à Administração Local.
4. A fragilidade da situação económica da Câmara depende das verbas enviadas da Administração Central.

Resumindo: temos pouca margem de manobra e muito pouco depende de nós. Um bom plano terá de aumentar o investimento, não aumentando a despesa. Preocupa-me a importância que está a conceder-se ao consumo.
A instabilidade política do País, a que todos assistimos, levou a que ainda não saibamos com o que poderemos contar a nível do Poder Central, apesar de o Secretário de Estado das Autarquias Locais, em reunião com autarcas dia 11-12-2015, ter dito que podem esperar por um Orçamento muito igual ao de 2015.
Pergunto:

1. Como vamos garantir os critérios do POCAL? (Plano Oficial da Contabilidade das Autarquias Locais).
2. Se a economia nacional não recuperar, que estruturas de defesa apresenta o Executivo, para que a sustentabilidade do Plano se mantenha, ou não se prejudique?

Considerações específicas

Em comparação com o ano de 2015 nota-se um esforço de contenção de gastos de 2.540.238€. Segundo o mapa das despesas retira-se de um lado para reforçar em outros.
- Noto, no entanto, que nas despesas de capital aparece, no código 08 (transferências de capital) um valor de 155.000€ que gostaria de saber em que vai ser aplicado.
- No mapa (Resumo de Plano de Atividades) no código 3.5.0 "outras funções económicas", em relação ao ano de 2015, há um aumento de 225.000 – em que preveem gastá-lo? A rúbrica "Outros" sempre me chamou a atenção.
- O capítulo IV "responsabilidades contingentes" quem são os demandantes? É um gasto bastante elevado!
- A despesa corrente com pessoal vai aumentar 278.835€, em relação a 2015.
- Sem o empréstimo pretendido de 683.453€, o Plano é exequível? Concluindo entendo que a Câmara não é uma empresa, mas deve ser gerida como tal.

Na descrição de investimentos

No Plano Plurianual, só no ano de 2016, estão definidas ações na vila sede de concelho, que poderão ser iniciadas. A saber:
7.500€ – Incubadora de empresas (adaptação de imóvel);
15.000€ – Requalificação do recinto da Feira;
55.000€ – Projetor no Cineteatro;
6.000€ – Requalificação na Rua da Devesa;
7.500€ – Requalificação urbana da zona envolvente da Devesa;
5.000€ – Beneficiação da Escola Profissional;
6.000€ – Heliporto;
25.000€ - Armazém municipal;

75.000€ – Limpeza urbana na vila;
202.000€ – Este é o total de benefícios da Câmara à vila, fora outros que poderá usufruir, conjuntamente, com as outras freguesias.

No Plano de Atividades para 2016
Lucros indiretos que trazem riqueza à vila:

225.000€ – Vindouro;
8.000€ – Feira do Livro;
45.000€ – Saberes e Sabores;
35.000€– Feira da Senhora do Monte;
32.000€ – Capacitação da Escola Profissional;
75.000€ – São João;
420.000€ euros mais os definidos no P.P.I 202.000€ dá um total de 622.000€ com os 144.741€ da Transferência legal para a Freguesia dá 766.741€.
Podem dizer-me, que destes últimos valores (420.000€) alguns eventos dão benefícios a todos os cidadãos do concelho, mas trazem mais valor ao local onde são realizados.
"

Passada a palavra ao Senhor Vitor Monteiro agradeceu as felicitações que lhe foram dirigidas em nome do PS, estando convencido, assim esperando, que ficaremos todos a ganhar. Os elementos do PS sempre alertaram para a necessidade de um plano estratégico nas Grandes Opções do Plano, permitindo a utilização conveniente dos fundos comunitários, com obras estruturantes e não obras avulso. Reconheceu ser repetitivo, mas sê-lo-á enquanto estiver convicto que será esse o caminho com importância crucial para o concelho. Verificara que há um desinvestimento na ação social, atendendo à conjuntura atual deveria haver um reforço. Em 2015, foram orçamentados 123 mil e quinhentos euros, enquanto que em 2016 orçamentaram 89.500€. Na cultura passámos de trezentos e oitenta e dois mil e quinhentos euros em 2015, para 338.500€. Sendo um concelho essencialmente agrícola, de 416.000€ dotados em 2015 passamos para 251.500€. No turismo não notámos nada de relevante, a mesma verba do ano passado. Contudo e a Senhora Lourdes Marinho também já fizera o reparo, a existência de uma verba "outras funções económicas" que em 2015 fora orçamentada com 57000€ e este ano tem um peso de 282000€. No tocante a receita/despesa verificámos que a despesa corrente tem vindo a aumentar, nomeadamente com pessoal, tendo passado de 13,89% para 19,32%. O próprio Revisor de Contas chamou para isso a atenção, achando também ser necessário algum cuidado.
A Senhora Anabela Lopes disse não compreender o aumento com pessoal para 19.32% em relação ao ano passado. No dia 25 de setembro fora aprovada o recrutamento excecional de emprego público, tendo sido mencionado que a admissão desses funcionários não iria trazer acréscimo de despesas, visto já se encontrarem em funções, em situação precária, a receberem honorários a recibos verdes, sendo mais para legalização dessa situação. Questionou a que se deve um aumento percentual tão elevado com a despesa de pessoal.
O Senhor Paulo Bito ao analisar o documento, realçou o seu aspeto mais positivo, comparado com o do ano anterior. Mais fácil de analisar e mais rico em conteúdo. Agradou-lhe o aumento orçamental para a Educação, por se

tratar de um pilar fundamental para alavancar as comunidades. O Município tem demonstrado um grande apoio atribuindo-lhe 941.000€. A esta dotação estão imputados 500.000€ para transporte escolar, acabando por dar um apoio na manutenção das linhas de transporte público. Por questões técnicas o Orçamento é dividido por funções económicas tendo em conta a tipologia de investimento. Disse dever ser melhor interpretado exemplificando com a verba destinada à agricultura. O investimento na eletrificação rural é benefício agrícola, acabando por ser restrito à função económica "energia". Registou também como positiva a diminuição da dívida à Banca embora a previsão do pedido de empréstimo de seiscentos e tal mil euros, venha reverter o processo. Tem a esperança de que a ser aprovado, seja alocado ao investimento em obras pendentes dos fundos comunitários, para beneficio dos munícipes.
Passada a palavra ao Senhor Sebastião Mesquita, achou muito pobre a visão para este Plano, devendo ser mais ambicioso. Perguntou a que se refere a receita assinalada com o código 05.10.05 "Bens de Domínio Público" no valor de 425.005 €, bem como à rubrica "Rendas de concessão" também com um valor elevado de 425.000€. Declarou não se verem projetos para além da eletrificação rural, verificando-se a gestão corrente do dia a dia. "Deveríamos ser líderes, mas estamos a ficar na retaguarda de todos os municípios da região."
A Senhora primeira secretária da Assembleia, Senhora Lurdes Veiga, ausentou-se da reunião às 17h e 25m, tendo tomado o seu lugar na Mesa o Senhor Paulo Bito.
O Presidente da Câmara retomou a palavra para responder aos intervenientes de só falarem no que está mal, do bem ninguém dissera nada. Ao Senhor Joaquim Monteiro disse que Ervedosa tem dificuldades, como outra freguesia, tendo celebrado parcerias, tanto com a Junta, como com outras entidades. A Câmara estivera ao lado dos Bombeiros Voluntários resolvendo-se um problema no valor de 440 mil euros. Há pouco tempo fora-lhes cedido dois lotes de terreno. Sempre que precisem, continuaremos a resolver dentro das possibilidades da Câmara. Salientou a situação de regularização de compromissos, na qual a Junta também é parceira, de uma Associação da freguesia. Existe um desinvestimento numas áreas e um investimento em outras. Disse compreender a preocupação quanto às fossas. Vão abrir candidaturas para essas ETAR's elevatórias, estamos a trabalhar no sentido de podermos resolver esse problema da freguesia. Respondendo de uma forma global disse que o Orçamento não é feito em cima dos joelhos, havendo objetivos que se propõem cumprir. O Quadro Comunitário 2020, em termos de abertura de candidaturas, está a começar a dar os primeiros passos. Na elaboração do Orçamento, uma das estratégias alteradas, diz respeito aos valores que tivemos de imputar para se fazerem candidaturas, que situando-se numa coluna à parte, afeta o Orçamento. Respondendo à Senhora Lourdes Marinho disse que fizera um documento demasiado elaborado e não conseguira acompanhá-la. De qualquer forma as contas não são bem conforme apresentara. Existe uma regra definida para atribuição do valor a transferir para as freguesias. "Não vamos dizer que quando se faz a Vindouro, os restaurantes, as pessoas que trabalham em Ervedosa também não têm retorno com esse evento. Se há necessidade de um equipamento para o cinema, não é para as pessoas da Pesqueira é para as pessoas do concelho. Se existe uma casa de cinema não se vai comprar um aparelho para se colocar noutra freguesia." Pediu para que lhes fizesse chegar essa informação toda, para

depois responder da mesma forma. Respondendo a quem frisara a despesa, estar a aumentar com pessoal, disse ser das coisas que menos o preocupa. Primeiramente, por ser um sinal de que a Câmara tem capacidade para o admitir e gerar empregabilidade, confortando-o o fato de o anuário financeiro, colocar o Município da Pesqueira no terceiro lugar, dos melhores cotados a nível nacional. Entende estarem a desenvolver uma ótima gestão. À Senhora Anabela Lopes informa não se ter registado um aumento de 19%, mas sim de 6%. Provavelmente referira-se à previsão orçamental o que, em termos de despesas com pessoal, aponta para os 18%, tendo esse fato a ver com a necessidade de ajustamento ao novo POCAL. Ao Senhor Sebastião Mesquita respondeu que a verba de 425.000€ é o pagamento da EDP sobre o aluguer da barragem. Para além desse valor, temos uma comparticipação na despesa, com a iluminação pública. No entanto, irá confirmar esses dados e fazer-lhos chegar. Sobre o pessoal disse ser uma opção que lhes agrada. Quanto a novos projetos, encontra-se, tudo parado. A eletrificação rural foi um projeto do anterior quadro comunitário. Sexta-feira estivera numa reunião de concelho regional, questionando o motivo da não abertura do Quadro 2020. A justificação é a existência de pormenores que estão a ser despoletados.
O Senhor Presidente da Assembleia perguntou se alguém queria intervir para aprofundar esclarecimentos, tendo manifestado intenção de o fazer a Senhora Lourdes Marinho e os Senhores Vítor Monteiro, Sebastião Mesquita e Joaquim Monteiro.
A Senhora Lourdes Marinho dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara disse que há pouco, o Senhor aludira, com certa mágoa, que só "reparam naquilo que dizemos de mal e não no que dizemos de bem". Reconhecera que fora o que o Senhor interpretara também na sua intervenção sobre o GOP. Relembrou que fizera uma consideração geral ao Orçamento, dizendo que fora talvez o possível, até elogiara, o seu teor rigoroso e a boa vontade do cumprimento da legislação, face aos constrangimentos do momento. Referira isso e o Senhor só ouvira o que quisera. Dissera considerá-lo pouco inovador, com algum rigor na parte orçamental, não concordando com a planificação das atividades a ele adstritas, especialmente ao verificar o montante definido para obras na vila sede, comparativamente ao definido para as outras freguesias. Reforçou que, só na vila de São João da Pesqueira, no Plano Plurianual, para o ano de 2016, estão definidos 202.000€ em obras. Nessa verba, 55.000€ na compra de um projetor para o Cineteatro, poderá beneficiar todos os habitantes do concelho. Há anos, que a vila sede é sempre bem contemporizada, mas enquanto que uns têm mais benefícios, exemplificando disse não ter visto a perspetiva de construção de uma piscina em Ervedosa, nem para os miúdos. No Plano de Atividades para 2016, com os eventos e feiras a realizar, na mesma vila, serão disponibilizados como lucros indiretos, 420.000 euros. Acrescentou que a Vindouro não se vai deslocalizar para Ervedosa ou Soutelo. Pediu para não confundir, pois não se referira às transferências para a freguesia da Pesqueira, conhecendo muito bem as regras para atribuição dessa verba obrigatória e legal, fazendo parte do documento para justificação orçamental. Constata que não respondera a nenhuma das questões que fizera quanto à viabilidade deste orçamento. Limitou-se a defender a sua e as outras freguesias e, como ervedosense, disse sentir-se prejudicada, repetindo que só para São João da Pesqueira estão orçamentados 622.000€ se juntarem os 144.741€ da transferência a que tem direito como freguesia, notamos um dispêndio de 766.741€.

O Senhor Vitor Monteiro disse compreender a posição do Senhor Presidente sendo ótimo a Câmara poder proporcionar postos de trabalho, mas "dizer-me que mais 278.835€ orçamentados comparativamente ao ano de 2015, não significa nada, não é verdade, por se tratar de uma soma avultada."
O Senhor Sebastião Mesquita entende que a função dos Municípios não é criar emprego, mas proporcionar condições aos empresários para que os criem.
O Senhor Joaquim Monteiro reforçou que sobre a abertura das candidaturas para o Quadro 2020, se em fevereiro ou março começarem a aceitá-las e querendo fazer algo a nível do Turismo, no local das Bateiras, terão algo preparado ou se irão apresentar o que está feito há meia dúzia de anos. Recordou ainda que no primeiro mandato, lhe responderam haver candidaturas para estações de transferência ETAR´s, através das Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, reconheceu já terem passado cinco anos e os maus-cheiros continuarem. Disse serem pequenas ETAR´s, não englobarão grandes custos, mas que não se efetuam, estando sempre à espera das candidaturas. Não querendo dar razão a ninguém, reafirmou haver uma "falta de atenção para com a maior freguesia do concelho".
O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que quando respondera ao Senhor Vitor Monteiro e à Senhora Anabela Lopes, dissera que o aumento de valores com o pessoal tinha a ver com os pagamentos de prestação de serviços a recibos verdes. Foram normalizados através da rubrica do pessoal, daí o aparecimento desse aumento referido, tratando-se de "uma preocupação super controlada". Dirigindo-se ao Senhor Sebastião Mesquita, afirmou não quererem ser um centro de empregabilidade, a ideia é de tentar ajudar quem necessita de emprego. A Câmara tem o Gabinete de Empreendedorismo, o programa FINICIA e outros tipos de programas que ajudam à criação de empresas. Tiveram empregados na Câmara que foram repescados por empresas daí alguns hoje encontrarem-se a laborar no concelho. Informou o Senhor Joaquim Monteiro haver um estudo a ser elaborado pela Missão Douro, do qual facultara um Cd, pretendendo a construção de um passeio ao longo do rio até às Bateiras. Em conjunto, estamos a trabalhar esse planeamento, para que tenha continuidade até á Ferradosa. Salientou estarem atentos para que possamos, na devida altura, entregar os projetos.
O Senhor Presidente da Assembleia, face à conclusão da análise deste ponto, colocou-o a votação. Registaram-se os votos contra dos Senhores Sebastião Mesquita, Vitor Monteiro e Senhora Anabela Lopes e as abstenções dos Senhores Norberto Vieira, Vítor Tomé, António Froufe e da Senhora Lourdes Marinho. A proposta foi aprovada por maioria.
O Senhor António Froufe fez declaração de voto, expressando que dada a importância de um documento de abrangência concelhia, as freguesias "ficaram de fora na sua elaboração".
O Senhor Presidente da Assembleia passou ao ponto seguinte agendado.

**PONTO 3- Análise, discussão e votação da Contração de Empréstimo a Longo Prazo no Montante de até 683.453 euros.**
O Senhor Presidente da Câmara disse ser preferível explicar, havendo dúvidas.
Registadas as inscrições para intervenção o Senhor Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Sebastião Mesquita que disse ser contra o pedido de viabilização do empréstimo. Foi de opinião ir contrariar todas as correntes, desde as exigências da Troika, às condições que o País atravessa e contra as

palavras que o Senhor Presidente proferira, no tocante à criação de emprego e aumento da dívida. "Se nada desses pontos o preocupa, não tem necessidade de fazer mais um empréstimo para endividar o Município". Não vê nas GOP nem obras, nem perspetivas de as executar que justifique esta contração. Lamentou que a Câmara queira aumentar o endividamento, que o prazo de pagamento aos fornecedores tenha sido dilatado, sendo as vozes de quem se queixa que lhe chegam ao conhecimento. Não tem documentos, nem pede cópias, por isso interpela nas reuniões.
A Senhora Lourdes Marinho pediu para que lhe fosse esclarecida a dúvida que colocara, quando da discussão do Plano, interrogando, se o mesmo era exequível sem este pedido, dada essa importância já fazer parte da receita para o aro financeiro de 2016. Não lhe fora dada qualquer resposta, pretendendo saber, com toda a frontalidade, ser ou não, necessário. Disse não sermos ainda considerados uma Câmara muito endividada, embora reconheça que devamos ter cuidado. Sendo imprescindível, votará a favor para não comprometer a execução do Plano. Reparou que poderia haver uma minimização de custos nas rúbricas. Comparando-as com as dotações no ano de 2015 regista-se um aumento exagerado. Exemplificando com "equipas de prevenção permanentes" haver uma verba com mais de 10 mil euros, "programa de refeições e prolongamento" mais 41 mil euro, "Ordenamento do território" 30.500 euros a mais, "Festa dos Saberes e Sabores" mais 15.000€, "Pesqueira Empreende" 40.000€, "Empreendedorismo", 10.000€ e "Apoio ao associativismo comercial" 5.000€. Só nestas rúbricas diz poderem poupar 151.500 euros.
O Senhor Presidente da Assembleia fez o reparo de que estaria a referir-se novamente ao Plano e esse já fora aprovado.
A Senhora Lourdes Marinho disse estar a fundamentar para ser elucidada sobre o que perguntara na discussão do Plano. Se excluindo os 683.453€ já referenciados como receita, o Plano era exequível, não tendo obtido resposta. Abstivera-se na votação anterior fazendo o mesmo neste ponto se não for elucidada. Prosseguiu dizendo haver ainda outras verbazinhas onde se poderão aforrar 157.000 euros que somados com o que dissera perfaria um total de poupança de 308.500 euros. Disse precisar que lhe respondam agora, para poder votar em consciência este ponto.
O Senhor Vitor Monteiro disse que quando analisara este ponto se interrogara se o Executivo quereria que fosse votado favoravelmente, por ser apresentado de uma forma tão redutível do nosso poder decisório, não dizendo em que irá ser aplicado. Acrescentou que num excerto de ata do Executivo, o Senhor Vereador Vitor Sobral explica que "poderia ser para eletrificação de caminhos". Entende ter de se fazer uma avaliação consciente deste pedido, porque o "pode, ou poderá" não faz sentido. Aparecendo algum concurso, poderão convocar reuniões extraordinárias, colocando-se disponível, inclusive para abdicação da sua senha de presença se tal for necessário.
O Senhor António Froufe quis saber se este empréstimo poderá invisibilizar outros pedidos. Entende que teremos de precaver o futuro, interrogando se havendo uma emergência e se o município precisar de financiamento, não haverá impedimento. Não havendo, concordará.
O Senhor Vitor Tomé disse causar-lhe alguma estranheza o fato de ser um valor fixo, até aos cêntimos. Não são 700 mil euros o que seria normal, por isso pensa haver uma "obra fantástica para fazer", estranhando não se dizer claramente para que efeito é. O Senhor Presidente dissera há pouco que a

"empregabilidade da Câmara é um bom sinal", continua a admitir-se pessoal e, no final, confrontámo-nos com um problema de dinheiro. Lera no jornal Viva Douro que o Município de Alijó acabara de pagar 2 milhões de euros de dívidas existentes, "nós ficamos todos contentes quando pagamos 400 e tal mil euros em duas vezes, em 2015. Indo de seguida querer pedir 600 e tal mil euros prevendo-se entretanto, amortizar em 2016, 481 mil e tal euros".
O Senhor Presidente da Câmara reconheceu, que se tivesse explicado no início, não teríamos tantas dúvidas. Pensando que o Senhor Vitor Tomé tivera conhecimento da ata do Executivo de ontem, na qual fora aprovada a contratação deste empréstimo, deveria ter reparado na explicação "atento às necessidades recorrer ao crédito bancário, com o objetivo inclusive de realizar investimento estruturante". Chamou a atenção de não estarmos a pedir aprovação de um empréstimo, mas sim a colocação do empréstimo no orçamento. Para se contratar o empréstimo, esclareceu, terão de ser pedidas propostas às instituições bancárias e a seguir ser submetido à aprovação da Assembleia, que aprovará, ou não. Relembrou terem só contraído um empréstimo, em 11 de maio de 2010, de 800.000,00€, existindo já uma dívida em financiamento de diversos projetos e viação rural de 7.101.095,74€. Hoje, em empréstimos a médio e longo prazo, devemos 4.080.111,57€, querendo isso dizer que não tendo havido investimentos de relevo, conseguiram baixar a dívida no valor de 3.820.984,17€. Relativamente no mencionado sobre o pagamento feito pelo Município de Alijó, no valor de dois milhões de euros, felizmente não estamos na situação em que eles estavam que, tendo de ter recorrido ao PAEL, obrigatoriamente tiveram de pagar.
O Senhor Mesquita retorquiu relembrando que esses 600 e tal mil euros estão contemplados, fazendo já parte do Plano, não dizendo a que se destinam. Pediu sinceridade nas palavras do Senhor Presidente da Câmara alertando para o cuidado ao utilizar certas palavras.
O Senhor Presidente da Câmara, dirigindo-se ao Senhor Sebastião Mesquita, disse não admitir a ninguém que o chamem de mentiroso e fora o que pretendera dizer, quando lhe pedira para ser sincero. O empréstimo será para investimento, podendo ser novo, ou enquadrado na eletrificação rural, se não estiver aprovado, não se faz. Havendo necessidade de se contrair e feitas as formalidades junto da banca, terá de voltar à Assembleia para aprovação ou reprovação.
O Senhor António Froufe disse não ter respondido à questão que pusera "se é o máximo que podem pedir ou, numa eventualidade, poderão voltar a recorrer ao crédito".
O Senhor Presidente da Câmara informou que "o máximo que podemos pedir são 20% da margem disponível para a dívida total dos últimos três anos. O valor de 683.453€ é o valor desse cálculo".
O Senhor Vitor Tomé contrapondo a explicação fornecida, disse que a sua "opinião vale o que vale", mas para "memória futura" pretende que fique registado que "o dinheiro vai-se buscar e não vai aparecer nada de jeito feito com ele, mas vai-se buscar e não se verá uma obra de referência".
O Senhor José Manuel acrescentou que "se o empréstimo for para financiar projetos", as obras ficam, os homens passam e como dizia o Engenheiro José Sócrates, as dívidas não são para se pagarem, são para se ir pagando".
O Senhor Presidente da Câmara disse não ser futurista nem mentiroso, voltando a afirmar que esse valor só poderá ser pedido, justificando o investimento.

Finalizadas as intervenção o Senhor Presidente da Assembleia colocou a votação este ponto agendado, tendo sido aprovado por maioria, com os votos contra do Senhor Sebastião Mesquita e as abstenções do Senhor Silva Fernandes e da Senhora Lourdes Marinho.

**PONTO 4- Análise, discussão e votação de Assunção de Compromissos Plurianuais - Dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal.**

O Senhor Presidente da Câmara explicou tratar-se de uma delegação de competências, a fim de evitar situações de convocação de reuniões extraordinárias da Assembleia. Até ao montante estabelecido por lei e como está explicado no extrato da ata do executivo n.º22/2015 enviada para análise, na convocatória para esta reunião.

O Senhor Presidente da Assembleia, não havendo inscrições para intervenção, colocou a votação esta pretensão do Executivo, tendo sido aprovada por maioria, com as abstenções dos Senhores Sebastião Mesquita e Eduardo Coelho.

**PONTO 5- Análise, discussão e votação do Mapa de Pessoal para o ano de 2016.**

O Senhor Presidente da Câmara informou que o Mapa de Pessoal faz parte integrante do Orçamento, refletindo situações de abertura de concursos, caso necessário.

Questionado o plenário o Senhor Presidente da Assembleia aceitou inscrições para intervenção no debate dos Senhores Vitor Monteiro e Silva Fernandes.

O Senhor Vitor Monteiro pediu justificação sobre o aumento de pessoal comparando com o ano de 2015, contratos de trabalho a termo resoluto, a prover, constavam treze trabalhadores. Este ano diz passar-se para dezasseis, registando-se um aumento de três postos de trabalho. Nos contratos por tempo indeterminado de dois, passamos este ano para seis. Perguntou se será necessário este aumento de pessoal.

O Senhor Silva Fernandes disse não ir comentar, pedindo que fosse entregue à Assembleia, com data referida a 31 de dezembro deste ano, uma relação do pessoal e sua situação de trabalho abrangendo também os estagiários protocolados avençados, para evitarem todas estas discussões.

O Senhor Presidente de Câmara esclareceu estar a decorrer o processo concursal que fora aprovado na última Assembleia Municipal, tendo de se contar com esses provimentos. Os concursos ainda não foram abertos e, em 2015, já não o serão. Finalizados os concursos, de "a prover" passarão "a providos". Restarão dois novos lugares, podendo haver novo concurso, caso se necessite. Ao Senhor Silva Fernandes disse que tivera a preocupação de recolher os dados que solicitara, pedindo ao Senhor Presidente da Assembleia autorização para os mandar distribuir.

Colocado a votação, o documento foi aprovado por maioria, com os votos contra do Senhor Norberto Vieira e as abstenções dos Senhores Sebastião Mesquita, Silva Fernandes, Vitor Monteiro, Vitor Tomé e as Senhoras Anabela Lopes e Lourdes Marinho.

O Senhor Norberto Vieira fez declaração de voto, por entender que o ponto 5 estava já inserido no ponto 2.

**PONTO 6- Análise, discussão e votação da Proposta de Fixação da Taxa de Derrama, nos termos do disposto no artigo 18.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Lei das Finanças Locais).**

O Senhor Presidente disse que este tema é já do conhecimento de todos, pelas análises efetuadas em outra reunião de Assembleia e bem esclarecida quer no envio da proposta apresentada, quer pelo extrato da ata do executivo de 18-11-2015.

A intenção é o retorno de valores produzidos na área geográfica do Município em vez de ficarem no Município onde as empresas estão sediadas.

A Senhora Anabela Lopes pediu a palavra para dizer não ter ficado esclarecida, achando impossível obter receita, de empresas que não estando aqui sediadas, também não serão contribuintes.

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que o cálculo tem a ver com a massa salarial em cada concelho sendo os cálculos feitos diretamente pelas Finanças. Referiu ainda estarmos a falar de uma receita, que não sendo muito avultada, o ano passado, rondara aproximadamente os 32.000 euros.

O Senhor Sebastião Mesquita é de opinião que deveria ficar toda a taxa aplicável no Município, as propriedades estão cá, os trabalhadores laboram cá e os lucros das empresas saem todos da nossa área geográfica.

O Senhor Presidente da Assembleia esclareceu que a ata n.º24/2015 do Executivo servirá de base à proposta apresentada. Colocada a votação, a mesma foi aprovada, por unanimidade.

**PONTO 7- Análise, discussão e votação da Proposta de Fixação da Participação Variável no IRS, nos termos do disposto no n.º1 do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Lei das Finanças Locais).**

O Senhor Presidente da Câmara disse proporem que a fixação se reduza em 1%. Enquanto que a taxa da derrama nos poderá render sensivelmente 32 mil euros, esta redução no IRS irá diminuir a receita em cerca de vinte, a vinte e dois mil euros.

O Senhor Presidente da Assembleia aceitou pedidos de intervenção dos Senhores Sebastião Mesquita e Norberto Vieira.

O Senhor Sebastião Mesquita pretendeu saber qual a receita de IRS do ano passado e a variação da taxa.

O Senhor Norberto Vieira fez o reparo dizendo que "a Câmara estar a dar mais ao contribuinte, do que o governo dá à reforma".

O Senhor Presidente da Câmara respondeu ao Senhor Sebastião Mesquita que tinham recebido, já com os descontos 111 mil euros. A taxa fora aprovada em Assembleia com a mesma redução de 1%, tendo sido fixada em 4%.

Não havendo mais intervenções e colocada a votação, a proposta foi aprovada por maioria, com a abstenção do Senhor Sebastião Mesquita.

O Senhor Sebastião Mesquita fez declaração de voto dizendo reconhecer que o concelho sofre de interioridade e estando cada vez mais despovoado. Baixando mais a taxa, podiam captar mais habitantes, sendo a estratégia adotada por alguns Municípios.

**PONTO 8- Análise, discussão e votação de Proposta de Desafetação do Domínio Público Municipal.**

O Senhor Presidente da Câmara salientou que a desafetação de domínio público, tal como está esclarecido no extrato de ata do Executivo enviada, terá como finalidade a venda desses 6m².

O Senhor Presidente da Assembleia aceitou inscrições do Senhor Silva Fernandes que disse parecer-lhe haver algumas irregularidades, por continuar a não ser mencionado o preço. Fez também o reparo de não se saber quem assina as deliberações a levar à reunião de Assembleia Municipal, por não serem assinadas.
O Senhor Presidente de Câmara respondeu não se tratar já de venda, mais sim do pedido de desafetação do domínio público, não tendo obrigatoriedade de serem apresentados valores.
O Senhor Silva Fernandes contrapondo, fez questão de ler o parecer do consultor jurídico "a desafetação do domínio público para o domínio privado municipal da parcela de terreno com a área que vier a ser determinada no levantamento topográfico, atribuindo um valor, para efeitos meramente registrais", concluindo que o valor não está frisado.
O Senhor Presidente respondeu a informação estar correta, para efeitos registrais, não para efeitos de desafetação.
O Senhor Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação, tendo sido aprovada por maioria, com as abstenções do Senhor Silva Fernandes e Sebastião Mesquita.

**PONTO 9- Análise, discussão e votação de Proposta de Desafetação do Domínio Público Municipal – Retificação da deliberação 148/CM/2015 de 15 de julho.**
Na apresentação do documento a analisar, o Senhor Presidente da Câmara referiu ser um assunto de igual teor ao anterior, só com a desafetação de um terreno com a área de 291m².
Concedido espaço para intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia aceitou a inscrição do Senhor Sebastião Mesquita que pediu esclarecimento sobre o primeiro ponto da informação n.º895/2015 de 2015/06/29, enviada à Câmara pelo chefe de divisão das obras particulares e serviços urbanos. Pediu explicação por se dizer, que "veio à posse da Câmara Municipal uma parcela de terreno com a área de 1,543 m² parcela esta do domínio privado da Câmara Municipal".
O Senhor Presidente da Câmara esclareceu não se tratar do terreno do domínio privado da Câmara, mas sim do espaço do antigo caminho público, já sem o acesso à estrada nacional, por ter sido interrompido. Propõem a desafetação do domínio público municipal para o domínio privado desses 291m², registá-lo como tal e à posteriori, poder ser negociável.
O Senhor Presidente da Assembleia colocou a votação esta proposta, que foi aprovada por unanimidade.
O Senhor Mesquita fez declaração de voto, manifestando não ser contra a venda dos terrenos para obras, mas recordar-se ter havido trocas de terreno, onde foram plantadas oliveiras, após as obras que fecharam o caminho.
O Senhor Vítor Monteiro disse que a sua votação tivera como base o parecer do Dr. Vítor Cardoso, fornecido a esta Assembleia.

**PONTO 10 - Análise, discussão e votação da 2.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento do ano de 2015.**
O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que esta segunda revisão serve para regulamentar o orçamento aprovado para 2015 e não desincentivar o investimento. Existiam obras enquadradas em candidaturas, que por não terem aberto, os valores também não apareceram.
Não se tendo registado inscrições, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o documento a votação, tendo sido aprovado por unanimidade

**PONTO 11 - Regularização da Estação de Transferência de Resíduos e Ecoponto – Proposta de Reconhecimento do Interesse Público Municipal – Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.**

O Senhor Presidente da Câmara informou que, para legalização do espaço, a RESINORTE tem necessidade que seja emitido um documento que reconheça a Estação de Transferência de Resíduos e Ecoponto como uma estrutura de interesse público municipal.

O Senhor Presidente da Assembleia perguntou se alguém se queria pronunciar, tendo o Senhor Joaquim Monteiro manifestado interesse em o fazer.

O Senhor Joaquim Monteiro disse que "a compra e venda daquele espaço, há anos, fora muito falada, existindo indícios bastante obscuros e a necessitar de uma investigaçãozinha". Passado todo este tempo, achou normal ser regularizado.

O Senhor Presidente da Câmara fez a referência de que consultara a escritura, constatara o espaço não ser da Câmara, tendo sido comprado a dois particulares. Na altura a escritura fora celebrada pela Associação de Municípios Douro Sul.

Findos os esclarecimentos o Senhor Presidente da Assembleia pôs a proposta a votação, que foi aprovada por unanimidade.

**PONTO 12 - Análise, discussão e votação da Proposta de Alteração do Regulamento do Serviço de Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos do Município de São João da Pesqueira.**

O Senhor Presidente da Câmara disse ser quase uma obrigatoriedade a apresentação desta proposta. Tentam sempre minimizar a alteração das taxas por os tarifários serem sempre imputados ao utilizador final.

O Senhor Presidente da Assembleia aceitou inscrições dos Senhores Silva Fernandes, Vítor Tomé e Sebastião Mesquita, para intervenção.

O Senhor Silva Fernandes pedindo desculpa aos juristas que fazem parte do Executivo, fez o reparo que na página 20- "capítulo V – Estrutura tarifária e faturação dos Serviços – Secção V", terem dado sequência às secções dos outros capítulos, não sendo o correto, devendo ser secção I.

O Senhor Vítor Tomé lembrou ser importante o desaparecimento destes caixotes do lixo, substituindo-os por contentores subterrâneos.

O Senhor Presidente da Câmara agradeceu a sugestão, dizendo ser também a sua preocupação. Há quatro ou cinco anos reunira com uma empresa que nos apresentara uma proposta de colocação de dois ou três desses contentores na Pesqueira e um em Ervedosa. Na altura lançara um desafio mais ousado, para cobertura do concelho, rondando um valor impossível de arriscar na época, de cerca de 2 milhões de euros. Informou decorrer uma candidatura que enquadrará caixotes de lixo e oleões, esperando conseguir esse objetivo.

O Senhor Sebastião Mesquita disse tratar-se de uma alteração ao capítulo V, implicando o valor das taxas, implícitas na fatura da água. Perguntou qual o valor que a Câmara está a pagar à RESIDOURO. Para se entender terão que explicar o objetivo de alteração do Regulamento. "A Câmara estará a ter prejuízo, ou pagaram mais e vão baixar a taxa? Somos o órgão deliberativo, como tal terão que explicar com valores."

O Senhor Presidente da Câmara informou estarem a ser confrontados com a entidade reguladora a ERSAR que obriga, na globalidade, que os valores sejam suficientes para pagar o que gastamos, situando-nos abaixo dos 50%.

Aplicam o mínimo possível, não estando a acompanhar as pretensões nesta área.
O Senhor Sebastião Mesquita retorquiu dizendo não concordar, por não apresentarem valores para avaliação. Acrescentou ver caixotes de lixo na sua freguesia, cheios de entulho das hortas e carretas de pedras. Disse ainda sentir-se, duplamente, prejudicado e ser um cidadão excluído da sua freguesia. Junto de sua casa não tem caixotes de lixo, nem saneamento nem luz pública. Tem água, mas na fatura está a pagar, indevidamente, a recolha de resíduos.
O Senhor Presidente disse que o Senhor Sebastião Mesquita vive numa propriedade longe da povoação, tudo o que estiver refletido na fatura e não concordar, poderá fazer um requerimento de reclamação à Câmara e os valores que pagar indevidamente, ser-lhe-ão devolvidos.
O Senhor Presidente da Assembleia, finalizadas as intervenções colocou a votação a proposta, que foi aprovada por maioria, com as abstenções dos Senhores Silva Fernandes e Sebastião Mesquita tendo este apresentado declaração de voto.
O Senhor Sebastião Mesquita disse basear a sua votação na ausência de valores, quer das receitas cobradas aos munícipes, quer do valor total que a Câmara paga à RESIDOURO. Só assim poderia aferir as alterações propostas ao Regulamento.
Terminada a análise dos pontos agendados o Senhor Presidente da Assembleia propôs a votação em minuta, dos pontos 2, 3, 4, 5, 6, 7,8, 9, 10, 11 e 12, pedindo dispensa da leitura dos mesmos, tendo sido aprovada por unanimidade.
O Senhor Presidente da Câmara pediu a palavra para desejar umas festas felizes e ofertar uma simbólica prenda de Natal.

**ENCERRAMENTO:**
O Senhor Presidente a Assembleia Municipal deu por concluídos os trabalhos às dezanove horas e dez minutos, agradecendo a forma como decorrera a reunião, desejando um Feliz Natal e votos de um Bom Ano de 2016.
Dos trabalhos foi lavrada esta ata que, depois de lida, posta a votação e aprovada por maioria, irá ser assinada pelos membros que compuseram a Mesa e a redigiram.